

# OS CATÓLICOS E O PODER-1



por  
MANUEL  
BIDARRA

**J**ULGO não estar ainda feito o levantamento da intervenção dos católicos no processo político português desde os anos 50. Há contudo contributos significativos que não poderão ser esquecidos pelo seu cunho de consciente empenhamento e de rompimento com a sociedade fechada em que cresceram nas três décadas anteriores ao «25 de Abril», tal como não poderão ser olvidados os contributos, negativos uns e positivos outros, verificados nos últimos 5 anos por aqueles que, perante os portugueses, assumem, ao menos historicamente, o alinhamento de católicos.

## Relembrando

Os movimentos católicos de juventude atingiram o seu auge nos anos 50, de entre os quais se destacam a J. O. C. — Juventude Operária, a J. U. C. — Juventude Universitária, e a J. A. C. — Juventude Agrária Católica. Direi mesmo que foram e são esses homens e mulheres dos anos 30 e 40 que influenciaram as estruturas do poder (antes do «25 de Abril») e que igualmente contribuíram para a modificação da mentalidade que viria permitir o salto qualitativo na marcha para a democracia e a liberdade. Houve, porém, como em tudo e em toda a parte, acidentes de percurso, acidentes graves, que retardaram até aos nossos dias a caminhada irreversível para a libertação interior, esteio imprescindível das liberdades cívicas que geram a paz, a concórdia, a convivência e a reconciliação.

Nenhuma época concreta e nenhum episódio específico foram os determinantes para a mudança, mas não poderei deixar de assinalar alguns, que no processo histórico, foram marcos objectivos para a abertura aos problemas do mundo e aos nossos; aos fenómenos da guerra e da paz; aos problemas das sociedades industrializadas e das sociedades do Terceiro Mundo.

## A juventude trabalhadora

Em 1950, uma «embaixada» de algumas dezenas de jovens trabalhadores portugueses participa em Bruxelas no Congresso Jubilar da J.O.C. internacional. A Europa encontrava-se ainda esfacelada, mas essa circunstância, aliada ao contacto com essa juventude — força que trabalhara na resistência ou que sofrera na carne os horrores da guerra, foram factores decisivos para, regressados a Portugal, se empenharem na análise dos problemas concretos do País e do mundo. Uns inspirados pela fé e pelo pragmatismo da vida, outros bebendo o testemunho de um padre Alves Correia, de um padre Abel Varzim e de um padre Manuel Rocha ou entusiasmados pelo carisma de monsenhor Cardijn, fundador da J.O.C. nos anos 20, tudo deram para a libertação da classe trabalhadora. Foi a partir daí que os problemas começaram a surgir, pelo menos entre os trabalhadores do movimento cristão, através de uma acção mais consciente e de um militantismo mais maduro.

Nos finais de 1951, um dirigente nacional da J.O.C. — José H. Bidarra de Almeida — denuncia o atraso português, a visão acanhada da hierarquia católica de então e a falta de abertura do poder, utilizando para o efeito a realização de um congresso internacional em Lisboa. Esta atitude pública, desassombrosa para a época, valeu-lhe a demissão imediata do lugar que ocupava na J.O.C. Porém, deixou rasto a sua intervenção de denuncia dentro e fora da orla da Igreja, assumida perante as «barbas» dos detentores do poder.

Os jocistas das décadas de 50 empreenderam acções que contribuíram para a manutenção de um espírito de solidariedade e de entrega que foi marcante para o futuro, mas, além disso, houve ainda realizações a nível nacional e internacional de relevo que reuniram jovens trabalhadores de ambos os sexos numa luta sem tréguas nos domínios político, sindical, social e de libertação dos povos, devendo-se citar entre outros:

- A realização do congresso da J.O.C. portuguesa em 1955;
- A criação de um movimento de apoio a trabalhadores para estudos de natureza universitária, que se denominou «Bolsas de Estudos Mons. Cardijn»;
- A participação de diversos jovens trabalhadores cristãos na intenciona do 12 de Março de 1959, de que é justo destacar, entre outros, Manuel Serra, João Gomes, deputado e ex-secretário de Estado da Comunicação Social do segundo Governo da República, Mariano Calado, Carlos Alberto de Oliveira, dirigente da J.O.C. de Lisboa. Sendo João Gomes, nesse ano, presidente nacional da J.O.C., foi igualmente demitido das suas funções;
- Nesse mesmo ano (1959) alguns, poucos, antigos e então dirigentes jocistas, e alguns intelectuais cristãos, entre os quais membros e ex-dirigentes da J.U.C. dirigiram a Salazar o célebre «Documento dos 45» (tantas foram as assinaturas conseguidas) em que se denunciou publicamente e se pediam explicações sobre as muitas arbitrariedades e prepotências cometidas nas colónias e nas prisões políticas portuguesas.

Este terá sido o primeiro documento público em que colaboraram universitários e trabalhadores cristãos, de entre os quais é justo citar, entre outros, Alcáida Baptista, o grande animador da Livraria Moraes e de «O Tempo e o Modo», actualmente presidente do Instituto do Livro e colaborador na R.T.P., Francisco Lino Neto, actual deputado do P.S., um dos mais perseverantes defensores da democracia política, o anticolonialista e candidato da oposição por diversas vezes, Gonçalo Ribeiro Teles, actual presidente do P.M.M. e que na altura se viu demitido das suas funções de técnico da Câmara Municipal de Lisboa, Francisco de Sousa Tavares, actual director de «A Capital» e que diversas vezes foi candidato pela oposição, João Benard da Costa, colaborador da Livraria Moraes, ex-C.D.E., ex-M.E.S., ex-G.I.S. e actual dirigente do P.S., José Esteves, professor de Educação Física e que, sendo subdirector do I.N.E.F. na época, se viu demitido das suas funções; João Gomes; Manuel de Lucena, um dos mais jovens da época e hoje um intelectual e crítico de prestígio; Manuel Serra; Mariano Calado; Nuno Teotónio Pereira, actual dirigente do M.E.S.; Orlando de Carvalho, professor da Universidade de Coimbra; Sofia de Mello Breyner que, com Maria Manuela Bio, foram as únicas duas mulheres que assinaram o documento; Vítor

Wengorowius, ex-C.D.E. e actual dirigente do M.E.S., e ainda, o autor destas linhas. A atitude de denúncia dos subscritores valeu-lhes um processo (1) movido pela P.I.D.E. com os consequentes interrogatórios.

Nos finais dos anos 50 cria-se uma associação de antigos dirigentes da J.O.C. com a finalidade de cimentar a amizade entre homens e mulheres que deram o seu esforço generoso à causa da juventude trabalhadora e ainda com outro objectivo: penetrar nos problemas pontuais da sociedade portuguesa fora das estruturas clássicas da Acção Católica. Dentro dos objectivos iniciais efectuaram-se durante alguns anos encontros regionais e nacionais.

Ainda no final dos anos 50 e numa perspectiva cultural e de «aggiornamento» duas iniciativas foram marcantes:

— a transformação da Livraria Moraes, operada por António Alcáida Baptista, que contribuiu decisivamente para a mudança da mentalidade tradicional através da actividade editorial, tornando-se, aliás, a maior força cristã de vanguarda, nela colaborando nomes como, entre outros, Pedro Tamen, Benard da Costa, Helena Vaz da Silva e Mário Murteira;

— e o aparecimento da Livraria Sampedro, por iniciativa de alguns antigos dirigentes do movimento de trabalhadores cristãos, de que é justo referir Manuel de Oliveira Campos, ex-presidente nacional da J.O.C. nos finais dos anos 40. Os contactos internacionais com antigos dirigentes europeus, muitos deles trabalhando então já em organizações supranacionais, culturais e editoriais, foram um contributo precioso para aquele «aggiornamento». Convirá referir a extraordinária divulgação e influência que tiveram no nosso País as revistas francesas «Informations Catholiques» e «Croissance des Jeunes Nations», de que a Sampedro foi das maiores divulgadoras.

## A juventude universitária

Os anos 50 foram igualmente importantes, se não mesmo decisivos entre os universitários cristãos. Deu-se no entanto, entre os universitários, um fenómeno que não se verificou entre os trabalhadores cristãos (ou pelo menos não terá sido tão evidente); é que aqueles constituíram sempre um óptimo «alfobre» de políticos tanto no tempo de Salazar como no de Marcelo Caetano. Alguns e algumas, muito especialmente desde 1968 até aos nossos dias, souberam, decerto facilmente, servir um regime repressivo e tornarem-se «democratas» após o 25 de Abril.

Recuando no tempo, e dentro da década 50, o ano de 1953 foi para a J. U. C. talvez o mais importante com a realização do seu 1.º Congresso, que mobilizou alguns milhares de jovens universitários. Nele se destacaram Maria de Lurdes Pintasilgo e Adérito Sedas Nunes, presidentes da J. U. C. naquela época e actualmente membros do quinto Governo, e ainda Manuela Silva, que foi membro do primeiro Governo da República e é das mais brilhantes economistas portuguesas. «A única mulher que eu temo», dizia-me alguém de Manuela Silva em termos elogiosos; «A primeira mulher que deixou sem argumentos a Assembleia da República», dizia-me um outro ao referir-se ao modo como defendeu o Plano no primeiro Governo de Mário Soares.

Entretanto a fusão da J. U. C. e da J. U. C. F. num só movimento, em 1956, e o aparecimento do seu jornal «Encontro», em 1957, de que foi primeiro director João Salgueiro, foram outros passos de relevo na vida da J. U. C. Na actividade internacional não se pode esquecer o papel marcante que os universitários tiveram através da «Pax Romana».

Quero ainda referir no final dos anos 50 (concretamente em 1958) dois factos de relevo:

— A organização da 1.ª Exposição do Livro Católico, levada a efeito pela J. U. C. no Inst. Sup. Técnico e de que foram principais responsáveis Marco António e Amílcar Ambrósio;

— E a carta que em Maio de 1958 foi dirigida ao jornal «Novidades» e ao próprio episcopado por dirigentes e membros da J. U. C. e da J. O. C. na qual se protestava contra a parcialidade do jornal face às eleições presidenciais (Humberto Delgado-Tomás). Dos 28 subscritores destaquei Nuno Portas, membro de alguns Governos Provisórios; João Salgueiro, actual governador do Banco de Fomento; Francisco Lino Neto, deputado pelo P. S.; Adérito Sedas Nunes, actual ministro da Coordenação Cultural; Carlos Portas, secretário de Estado da Estruturação Agrária no tempo de António Barreto; Mário Murteira, membro dos dois primeiros Governos Provisórios, consultor de Vasco Gonçalves e actual membro da U. E. D. S.; Henrique Barrilaro Ruas, do P. P. M.; Francisco Pereira de Moura, membro de vários Governos Provisórios, influente na C. D. E. desde 1959 até ao 25 de Abril e apoiante da candidatura de Otelo em 1976. Quatro mulheres assinaram este documento, Manuela Silva, Helena Sacadura Cabral, Ana Maria Toscano e Maria Joana Bernard da Costa. Igualmente há que assinalar a presença neste documento de três membros da J. O. C.: João Gomes, Manuel Serra e Manuel Chaparro.

Julgo que este terá sido o primeiro documento (2) em que se viram ligados dirigentes dos movimentos universitário e trabalhador, e verdade se diga que a colaboração não mais terminou desde então, como terei oportunidade de referir.

Antes de terminar esta primeira abordagem de «Os Católicos e o Poder» seria tremenda injustiça relegar para o esquecimento as figuras do missionário que foi D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, muitas vezes exilado na sua própria Pátria — que teve o privilégio de conhecer em vida e de lhe visitar a campa rasa à entrada do cemitério da Beira — e a dessa outra figura impar da Igreja portuguesa e que catalisou as aspirações de libertação de milhares e milhares de portugueses — D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto. O seu exemplo e coragem foram decisivos, especialmen-

te para os católicos, mas também para os cidadãos em geral. Com efeito, a sua carta de Junho de 1958 a Salazar é disso reveladora e dela retiro o seguinte passo:

«O problema enorme, histórico e decisivo, é este: Pode ou não pode o católico ter dimensão política? Este é o problema da Igreja portuguesa "hic et nunc"; o grande e como que o único problema da Nação, mas por via de consequências: perda da Igreja na alma do povo, estará perdida a Nação. Como bispo... os católicos não poderão dizer que a culpa foi nossa, por os termos inibido da formação e acção políticas.»

Foi este sentido de liberdade que a muito custo se foi assimilando. Obrigado senhor bispo.

(1) «A Quinta Causa», de Francisco Salgado Zenha — Livraria Moraes — 1969.  
(2) «De Humberto Delgado a Marcelo Caetano», de José da Felicidade Alves — edição do autor.

# Indústria transformadora continua a recuperar

**A** indústria transformadora apresentou um clima conjuntural «bastante favorável» no segundo trimestre deste ano — revelou o Instituto Nacional de Estatística. Esta observação resulta de uma «breve análise» feita aos resultados do inquérito de conjuntura à indústria transformadora, que o I.N.E. publicará na primeira quinzena de Setembro. O I.N.E. refere que naquele trimestre se mantiveram «os sinais de recuperação económica já visíveis durante os três primeiros meses do ano».

**STANDARD ELÉCTRICA** — O Sindicato das Indústrias Eléctricas e a comissão de trabalhadores da Standard Eléctrica anunciaram ter pedido uma audiência à Primeiro-Ministro e ao ministro da Indústria e Coordenação Económica. O encontro visa abordar problemas relacionados com as resoluções do Governo anterior, nomeadamente os despedimentos na Standard Eléctrica e a desintervenção da Rabor.

**ELECTRIFICAÇÃO** — Desde o final da semana passada que cinco freguesias do concelho baixo - alentejano de Mértola dispõem de electrificação ligada à E. D. P. Foram beneficiadas com este melhoramento as aldeias de Alcaria Ruiva, São João dos Caldeireiros, São Miguel do Pinheiro, São Sebastião dos Carros e São Pedro de Solis.

**MACAU** — Vai ser assinado brevemente em Lisboa um protocolo de acordo entre o Governo de Macau e a Radiotelevisão Portuguesa, com vista a explorar todas as possibilidades de instalação da RTP nesse território. Esta decisão foi tomada na sequência de um encontro entre o governador de Macau, general Melo Egidio, e a missão da televisão portuguesa que se encontra em Macau.

**MADEIRA** — O italiano Víctor de Sanctis, ex-repórter da televisão italiana e colaborador de Jacques Cousteau, encontra-se na Madeira, onde deverá efectuar filmagens subaquáticas, destinadas àquela rede de televisão. O filme, que será projectado em Itália, terá por finalidade a promoção turística da Madeira, contando com o interesse que despertam as séries de filmes submarinos de Víctor de Sanctis.

**MOTA AMARAL** — Um apelo à unidade das populações e de todas as ilhas do arquipélago foi feito por Mota Amaral, no decorrer da visita que fez à ilha do Pico, nos Açores. O chefe do executivo açoriano acentuou, ainda, que o governo regional tem, como principal determinação, a unidade e o desenvolvimento das ilhas mais atrasadas.

**JORNAIS ACORIANOS** — Militantes do Partido Social-Democrata (P.S.D.) estão a negociar a compra do matutino do Falal «O Telégrafo» — apurou a Anop junto da administração daquele jornal. Depois de concluídas estas negociações, o P.S.D., partido governamental na região, controlará toda a imprensa diária do arquipélago. Actualmente, estão já nas mãos de militantes do

P.S.D. o «Correio dos Açores» e o «Diário dos Açores» em Ponta Delgada, e o «Diário Insular» em Angra do Heroísmo.

**PROFESSORES** — Terminou, em Viseu o Encontro Nacional de Professores e Alunos-Mestres, que, promovido pela Liga Intensiva da Acção Missionária (L.I.A.M.), abordou o tema «A Família e a Escola na Educação». O director do L.I.A.M., padre Felício, disse à Anop que a iniciativa visou «dar ao professor normas que tornem a sua missão mais eficiente, tanto em ideias como em atitudes».

**LAGOA DE ÓBIDOS** — O motivo principal do assoreamento da lagoa de Óbidos, segundo o parecer dos técnicos, radica-se na frequência com que se fecha a sua saída para o mar. O presidente da Câmara Municipal de Óbidos, Frederico Saramago, informou, entretanto, que uma comissão, nomeada pela Secretaria de Estado do Ambiente, está a promover um estudo geral da lagoa, o qual inclui análises com vista a elaborar um plano de desassoreamento.

**CUNHAL EM MOSCOVO** — O secretário-geral do Partido Comunista Português, Álvaro Cunhal, reuniu-se com Mikhail Souslov, membro do Bureau Político Central do Partido Comunista da União Soviética, anunciou a agência Tass. Álvaro Cunhal encontra-se na U.R.S.S. a convite do P.C.U.S. Uma declaração conjunta divulgada pela agência oficial soviética acentua que «o P.C.U.S. e todos os soviéticos dão conta das condições difíceis nas quais o P.C.P. desenvolve uma luta consequente para o desenvolvimento de Portugal na via aberta para a evolução de Abril de 1974». O P.C.U.S. e o P.C.P. manifestaram, também, «o desejo de contribuir para a promoção das suas relações na base dos acordos soviético-portugueses e para o desanulamento consagrado em Helsínquia».

**NUNCIO APOSTÓLICO** — Monsenhor Angelo Felici, actual núncio em Lisboa, foi nomeado pelo papa João Paulo II para desempenhar o mesmo cargo em França, anuncia em comunicado, o secretariado do episcopado francês. Monsenhor Felici foi ordenado padre em 4 de Abril de 1942. Entrou para a Secretaria de Estado do Vaticano em 1945, como subsecretário para os Assuntos Eclesiásticos Extraordinários. Em 22 de Julho de 1967 é nomeado arcebispo de Cesariana e pronúncia na Holanda. Em Maio de 1976 tornou-se núncio da Santa Sé em Portugal.



# OS CATÓLICOS E O PODER-2



por  
MANUEL  
BIDARRA

As eleições presidenciais em 1958, a carta do bispo do Porto a Salazar, a primeira tomada de posição pública de intelectuais e trabalhadores católicos em 1959 (o documento dos 45) e o próprio julgamento (em 1959/60) no Tribunal Militar de Santa Clara dos implicados na Intentona de 12 de Março de 1959, em que estavam envolvidos alguns dirigentes da J.O.C., constituíram alguns dos marcos mais significativos na evolução e no empenhamento dos católicos, face à modificação das estruturas sociais e políticas.

## A marcha do mundo

Com efeito, no espaço de 10 anos (1955 a 1965) grandes fenómenos sociais e políticos se operaram à escala planetária de entre os quais o acesso à independência de dezenas de povos terá sido dos mais espectaculares, bem como, em especial para os católicos, a realização do Concílio Vaticano II e a publicação das encíclicas «Mater et Magistra» e «Pacem in Terris» do bom papa João XXIII que foram a grande esperança — esperança dolorosa — para muitos que apostavam na fraternidade entre os povos, na justiça social, na libertação dos oprimidos, na reconciliação entre os crentes e na evolução democrática do seu próprio país.

Influenciados pela marcha do mundo no campo político e técnico e bebendo avidamente o pensamento dos sociólogos, filósofos e teólogos cristãos dos anos 60, os católicos portugueses souberam também vencer as difíceis etapas da incompreensão, do marasmo social, do medo crónico, da astúcia dos instalados, do silêncio imposto, da guerra injusta e do isolamento imbecil.

Os anos 60 foram os anos da formação constante, da troca de experiências e do «aggiornamento» acelerado, bem como o da criação e multiplicação de grupos de intervenção sob as formas mais variadas.

## A Pragma — o que foi?

Em 1964, três antigos dirigentes nacionais da J.O.C. e três antigos dirigentes universitários preparam durante alguns meses o lançamento de uma cooperativa cultural que surge oficial e publicamente a 11 de Abril desse ano, dia em que se comemorava o primeiro aniversário da encíclica «Pacem in Terris», realizando-se na mesma data a primeira assembleia geral que vota os corpos sociais. Trata-se da Pragma — Cooperativa de Difusão Cultural e Acção Comunitária de que foram primeiros dirigentes: na direcção, Mário Murteira, João Gomes, Manuel Bidarra, Estanislau Barata e José Domingos Moraes; na mesa da assembleia geral, Nuno Teotónio Pereira, Ana Cristina Cardigos e Abílio Pereira de Oliveira; e no conselho fiscal, João Salgueiro, Luís Glórias Ferreira e Ismael da Silva Santos.

A Pragma foi um dos mais significativos espaços livres, porventura a mais bela e proveitosa experiência levada a cabo por militantes católicos dos meios trabalhador e universitário, mas onde colaboraram, de espírito aberto e sem reservas, homens de outros credos e formações como, nomeadamente: D. Luís Pereira, bispo da Igreja Lusitana; José Manuel Tengarrinha; Joel Serrão; Carlos Ferrão; Vasco Pulido Valente; Eugénio Mota; Rui Grácio; Elina Guimarães; Mário Ventura Henriques; Medeiros Ferreira; Sottomayor Cardia; Emídio Santana.

As iniciativas levadas a cabo até ao encerramento da sede da Pragma, pela P.I.D.E., em 1967, foram de tal modo importantes, objectivas e frontais que o regime de Salazar se viu na necessidade de a silenciar, como o havia feito a muitas outras organizações culturais, porquanto os católicos foram-se tornando pouco a pouco incómodos para o regime e tanto mais incómodos quanto mais se cerceavam as liberdades.

Dentro do espírito atrás referido a Pragma realizou exposições, venda de livros e discos, manteve serviços de explicações para sócios e filhos, de orientação vocacional, de assistência jurídica. Publicaram-se cadernos com textos seleccionados, manteve uma biblioteca e assinava jornais de grande prestígio internacional. Organizou quatro cursos de significativo interesse; 11 colóquios sobre temas de impacto cultural, social e político; perto de 40 conferências abrangendo os mais diversos campos da vida nacional e internacional; uma exposição itinerante subordinada ao tema «Plano de Fomento — Realidades e Incertezas»; diversas exposições, estágios e visitas de estudo e ainda campos de férias e sessões de cinema.

Em 6 de Abril de 1967 a P. I. D. E. sela a sede e prende o presidente de então, Nuno Teotónio Pereira. No dia 8 foram presos outros dirigentes da Pragma: João Gomes, António Macieira Costa (antigo dirigente da J. O. C.), Ana Maria Lurdes Marques e Nuno Silva Miguel (antigo dirigente da J. U. C.). No dia 11 pretendia-se realizar uma sessão na Sociedade das Belas-Artes sobre o 4.º aniversário da encíclica «Pacem in Terris» e 3.º da Pragma mas foi proibida pela P. I. D. E.

Nessa mesma noite os dirigentes foram recebidos pelo cardeal-patriarca. Os sócios, sabendo deste encontro, dirigiram-se para o Patriarcado a fim de testemunharem o seu apreço aos dirigentes que haviam já sido libertados. Não tardou porém que uma força da P. S. P. surgisse no local, sendo prontamente abertas as portas do Patriarcado para franquearem a entrada aos cerca de 200 sócios presentes. Em Março de 1968 a Pragma é dissolvida por despacho do ministro do Interior, sendo apresentado recurso ao Supremo Tribunal Administrativo.

O interesse pela actividade política e o testemunho activo dos católicos perante os problemas conjunturais e estruturais crescia na razão inversa da influência da acção católica a nível do País. Não obstante, houve realizações que constituíram passos importantes na afirmação progressista dos católicos.

Em 1964 os engenheiros e economistas católicos promovem em Lisboa um encontro (na Igreja de São João de Brito) para debater os problemas do desenvolvimento económico e social tendo estado na base dessa realização o eng.º Sidónio Pais e o dr. António Ribeiro, hoje cardeal-patriarca de Lisboa.

É justo destacar, de entre os responsáveis pelos di-

ferentes temas, os nomes de Francisco Pereira de Moura, João Salgueiro e Xavier Pintado cujo prestígio crescente na ciência económica era indiscutível.

## Ecumenismo e contestação

Ainda nesse mesmo ano dá-se um episódio de repercussão internacional: o papa Paulo VI anuncia a sua decisão de participar no Congresso Eucarístico Internacional de Bombaim. Todos se lembram — ou uma boa parte dos portugueses — da «afronta» sentida pelo Governo de Salazar perante este acto ecuménico devido à circunstância de, anos antes, a União Indiana ter tomado Goa, Damão e Diu. O ministro dos Negócios Estrangeiros de então — Franco Nogueira — critica com dureza o próprio papa e considera tal atitude como «um agravo gratuito, inútil e injusto» para com Portugal.

Os católicos portugueses, que na altura eram já rotulados de progressistas, reagiram à estúpida ofensa ao papa e à Igreja redigindo uma mensagem a enviar ao papa. Durante alguns dias recolheram-se assinaturas e, como aconteceu em muitas outras circunstâncias, alguém fazendo jogo duplo denuncia um dos promotores desse desagravo que é preso pela P. I. D. E. na posse de várias listas (1). Tratava-se de um dirigente da Pragma e antigo secretário nacional da J. O. C.

A comissão de censura proibiu que os jornais se referissem à visita do papa mas não impediu que centenas de católicos (padres, bispos e leigos) se manifestassem contra a estupidéz governamental. Aliás, o actual cardeal-patriarca de Lisboa abandonou os estúdios da TV por lhe ter sido recusada a leitura de um texto no programa que dirigia naquela época (2).

Possuidores de uma vasta rede de contactos nacionais e internacionais que se iniciou a partir de 1961 e que se acelerou em 1962 com a crise académica, viram-se os pioneiros da acção na necessidade de encontrar uma casa para se reunirem o que veio a suceder na Rua Castilho na sequência lógica do «Documento dos 45».

Essa rede de contactos, alargada dois anos mais tarde com as actividades públicas da Pragma, veio permitir a edição de documentos e jornais clandestinos, alguns com carácter periódico como «Direito à Informação» que veio a lume até finais dos anos 60.

Uma edição espanhola sob o título «Grupos Presenciais» do povo de Santa Clara de Bombaim, impressa em Espanha e profusamente vendida em Portugal em princípios de Dezembro de 1964.

## Formar a classe trabalhadora

Em 1963, Carlos Augusto Almeida, que fora presidente nacional da J. O. C., regressava da Bélgica, onde se formara em Sociologia, na Universidade de Lovaina, e lança em Portugal o Centro de Cultura Operária ligado aos movimentos católicos de trabalhadores.

O C. C. O. foi na década de 60 uma importante escola de sindicalistas e de animadores culturais, sendo utilizados novos sistemas didácticos que tornaram atraente e dinâmica essa mesma formação.

Por lá passaram numerosos sindicalistas que antes e depois do 25 de Abril deram à causa da classe trabalhadora o melhor do seu empenhamento e luta, independentemente das ideologias políticas que perfilhem. De entre eles destacarei Manuel Lopes, actual presidente da Federação dos Sindicatos dos Têxteis e membro do Secretariado do C. G. T. P. — I. N.; Orlando Sosoio, da actual direcção do Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa e membro da comissão executiva do F. D. T.; Isabel Vieira, activista sindical e candidata às eleições de 1969 no Sindicato dos Empregados de Escritório de Lisboa e antiga dirigente dos Movimentos Cristãos de Trabalhadores; Alfredo Morgado, dirigente do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas e ex-deputado à Constituinte pelo P. P. D.; Teodoro Silva, antigo dirigente do Sindicato dos Propagandistas Médicos e actual deputado pelo P. S. D.; Vitória Pinheiro, antiga dirigente dos movimentos operários cristãos e uma das mais destacadas animadoras da Base — F. U. T.; Cesário Borge Martins, dirigente do Sindicato dos Jornalistas e igualmente da Base — F. U. T.; Amílcar Mateus, membro da direcção do Instituto de Formação Social e do Trabalho.

Aliás, o alvará deste instituto, que fora pedido em 1971, só veio a ser concedido depois do 25 de Abril e é seu principal animador Carlos Augusto de Almeida, fundador do C. C. O. em 1963.

## O empenhamento e os protestos públicos

O empenhamento dos católicos portugueses na década de 60 levou-os a tomar por diversas vezes atitudes públicas denunciando as arbitrariedades do poder, não só as que provinham da actividade da polícia política mas também as que se referiam à falta das liberdades públicas, às ofensas à cultura e à «intelegeria», à guerra colonial e ao isolamento no concerto das nações.

As atitudes públicas dos católicos eram um imperativo de consciência; eram a semente da verdade face à mentira e à opressão, eram um dever de cidadãos honestos que aspiravam à liberdade para si e para os outros, na sua própria terra. E por isso foram perseverantes e alguns dos testemunhos aqui ficam:

Janeiro/1965 — Carta dirigida à Conferência dos Bispos Portugueses, assinada por 97 dirigentes e antigos dirigentes dos movimentos da Acção Católica, na qual se historiou a vergonhosa atitude do Governo face à ida

do papa a Bombaim e se avisava a Igreja dos atropelos a vários níveis cometidos pelo poder civil e de que a própria Igreja não escapava.

Março/1965 — Documento assinado por 54 estudantes do Porto sobre as prisões estudantis e no qual, depois de se invocarem os direitos consignados em numerosos documentos da Igreja, apelavam para a hierarquia da Igreja, para o corpo docente e para os colegas e todos os homens para que «tenham consciência da sua dignidade e do conseqüente dever de se dignificarem cada vez mais... em busca da Verdade, da Justiça e da Liberdade para si e para os seus semelhantes, com os quais são naturalmente solidários».

Outubro/1965 — Documento a propósito das eleições para deputados e no qual se examinava por um lado «a dignidade moral, o civismo e a coragem» do Manifesto à Nação lançado pelos candidatos da Oposição Democrática e por outro a «intolerância e a recusa a qualquer debate leal» pelos candidatos do poder instalado. Põe-se nesse documento em evidência o paralelismo entre muitos dos preceitos da moral social católica e os pontos de vista do Manifesto. Os 101 subscritores diziam «não desconhecer os riscos a que se expõem ao subscrever este documento. Muitos deles fizeram já a experiência dos interrogatórios da P. I. D. E., dos processos judiciais, dos entraves ou impedimento no acesso a lugares públicos e empregos particulares, das buscas domiciliárias, da vigilância e repressão policial».

Este documento (3), predominantemente subscrito por universitários católicos, teve a adesão de uma dezena de dirigentes ou ex-dirigentes da J. O. C., sendo ainda subscrito por 16 mulheres.

O «Documento dos 101» foi um testemunho de dignidade e de coerência. Contra ele, em 48 horas, foi lançado um outro documento subscrito por mais de 200 pessoas e forjado pelos «patrões» do S. N. I.

Essa vergonha de documento terminava assim: «E, com Salazar à frente, vamos a caminho do futuro sob a bandeira das quinas, que é, ainda, felizmente, a bandeira de Portugal. Eis o que, como católicos, sem rótulos postíços, nos compete afirmar.» Curiosamente alguns destes «católicos sem rótulos postíços» apressaram-se, após o 25 de Abril, a defender o «humanismo de Lenine».

Abril/1967 — Documento dirigido ao Presidente da República protestando contra o encerramento da Pragma, assinado por 280 pessoas.

Abril/1967 — Carta aos bispos portugueses assinada por 547 cristãos, historiando a actividade da Pragma e pedindo-lhes que esclarecessem se o autêntico espírito da «Pacem in Terris» e outros documentos históricos seriam também válidos em Portugal ou se «ao contrário, a verdade, a justiça, a caridade e a liberdade são definitiva e irremediavelmente valores subversíveis entre nós».

Para terminar quero deixar bem claro que quando falo no empenhamento dos católicos na década de 60 não pretendo demonstrar que eram todos os católicos. A grande maioria, talvez inquieta, permaneceu no silêncio. De resto facilmente se observa que os documentos eram assinados por poucos — 45 na carta a Salazar em 1959; 101 no documento de 1955; 247 na defesa da Pragma em 1967 — não obstante ter sido solicitada a adesão de várias centenas, entre os quais alguns católicos que, depois do 25 de Abril, se abrigaram (com que intuíto?) à sombra de vários extremismos de cariz totalitário.

(1) e (2) «Resistência Católica ao Salazarismo-Caetanismo», de José Geraldes Freire — Editora Telos - Porto.

(3) «De Humberto Delgado a Marcelo Caetano», de José da Felicidade Alves — edição do autor.

## V FESTIVAL DE MÚSICA DA COSTA DO ESTORIL

Organização da JUNTA DE TURISMO DA COSTA DO ESTORIL

com a colaboração de:

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA,  
DIRECÇÃO-GERAL DO TURISMO,  
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS, FUNDAÇÃO GULBENKIAN  
e ESTORIL SOL, S.A.R.L.



CASINO DO ESTORIL

6.ª-feira, 31 Agosto

ESTORIL

21.30 h.

RUGGIERO RICCI

Violino

HELENA SÁ E COSTA

Piano

BEETHOVEN — Sonata Primavera

BARTOK — Sonata solo

CESAR FRANK — Sonata

PAGANINI — I Palpití

Preço: 120\$00

Desconto de 50% para estudantes e sócios da J.M.P., A.P.E.M., O.J.S., INATEL e Sindicatos da Indústria Hotelaria. Bilhetes à venda na Junta de Turismo da Costa do Estoril.